

NEOLIBERALISMO: ESCOLA COMO REPRODUTORA DAS DESIGUALDADES

ISABELLA KETHULY SPINDOLA FIRMINO

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar o Neoliberalismo como um dos fatores que levam à produção de concepções do Fracasso Escolar, reproduzindo desigualdades. Intenta-se discutir como os ideais neoliberais se introduzem no ambiente escolar, fazendo com que as relações sociais, políticas e econômicas se reproduzam na escola. Além disso, pretende compreender como tais ideais transformam o sentido da escola. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfica dividida em dois momentos: explicar as bases do Neoliberalismo e seus desdobramentos e, em seguida, apresentar artigos que demonstram concepções de fracasso e que se aproximam a temas que remetem ao ideal neoliberal. A partir da pesquisa, foi possível perceber que o eixo fundamental que liga tais conceitos é a reprodução da desigualdade social na escola.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo. Fracasso Escolar. Desigualdade Social. Educação.

INTRODUÇÃO

Este artigo investiga se a escola, ao adotar ideais neoliberais, atua como reprodutora das desigualdades sociais, sendo esse um dos fatores que levam à produção de concepções do Fracasso Escolar. O neoliberalismo rege as relações sociais, políticas e econômicas, implantando nelas seus ideais, fazendo com que todas as esferas da vida atuem em função do mercado. O fracasso escolar é um conceito que representa as “crises” educacionais, a repetência, evasão escolar, desigualdade escolar, entre outras, sendo que nesse processo o indivíduo é responsabilizado por essas questões. Para entender essa categoria, reporta-se a Patto (2015), a obra da autora é base para entender as desigualdades escolares, já que evidencia as relações entre escola e sociedade, e como as políticas do Estado se reproduzem no ambiente escolar.

Essa ideia é implantada na educação, levando à reprodução da desigualdade no ambiente escolar, a intenção é formar um determinado tipo de indivíduo, porém, não abrange a todos: “Embora seja dada a todos os competidores a possibilidade de começar no mesmo ponto de largada, os corredores não terminam juntos” (PATTO, 2015, p. 46). Ademais, a escola é vista como oportunidade de ascensão, coloca-se na educação a função de “reduzir” as desigualdades, a missão de redimir a humanidade. No entanto, para manutenção do modo de produção, a missão da escola é propagar os costumes, valores, implantar a consciência de nacionalidade, entre outros. Segundo Patto (2015), as escolas diferenciavam seus alunos, determinando os aptos e inaptos, os que não se adaptavam, além de rotular alguns alunos como “criança problema”, por exemplo. Ainda segundo a autora, os alunos diagnosticados com “desajustamentos” eram, geralmente, oriundos das classes trabalhadoras. O argumento era que determinadas classe e raça produziam crianças desajustadas e problemáticas.

O movimento que tentava “corrigir” o problema dos ditos inaptos, denominado higiene mental¹, “colaborou para justificar o acesso desigual das classes sociais aos bens culturais, ao restringir a explicação de suas dificuldades de escolarização ao âmbito das disfunções psicológicas” (PATTO, 2015, p. 69). Dessa forma, a estratégia para manter a sociedade tal qual ela se apresenta é fazer a população entender que há diferenças individuais, que apenas uma parcela pode ascender socialmente e que a desigualdade pode ser combatida com solidariedade. Transformar esses conceitos em senso comum é uma forma de controlar as massas. A ideia de que a causa do Fracasso Escolar está no indivíduo é disseminada na sociedade.

Patto (2015) salienta que essas tendências escolares se pautavam, desde suas origens, no espírito liberal. O conhecimento se torna símbolo de poder na sociedade do capital, desse modo seria necessário controlar o acesso à educação. A classe dominante precisa manter-se no poder, então, o ensino amplo não pode ser para todos. Encontram culpados pelo fracasso para não evidenciar suas intenções, diz-se que a escola é inadequada, que determinados alunos possuem deficiência biológica, psíquica e cultural, que a metodologia não atende às necessidades da criança, entre outras desculpas.

Visto isso, o mercado se apodera do ensino e tenta implantar a ideia de que apenas o útil forma o indivíduo, isso se mostra mais efetivamente atualmente em que os ideais neoliberais estão sendo implementados na escola. Além disso, a educação é fragmentada, ou seja, o processo formativo não dá conta do todo, aprende-se só o que lhe é útil para determinados fins (tirar notas boas nas provas que avaliam o ensino público, entrar em uma universidade federal, entre outros) e há o enfoque em áreas do conhecimento específicas (geralmente há o enfoque em matemática e língua portuguesa). Percebe-se que, ao longo dos anos, vários argumentos e justificativas foram usados para defender a exclusão no ambiente escolar, vê-se também o ideal de escola democrática e a tentativa de fornecer igualdade de oportunidades. Segundo Patto (2015), incorporar a ideologia do mercado na educação “conduz ao empobrecimento, à atrofia das possibilidades humanas” (PATTO, 2015, p. 163).

Deste modo, é possível afirmar que as concepções de fracasso escolar demonstram a reprodução da desigualdade social no ambiente escolar. Ao pensar que a desigualdade é uma característica estrutural do sistema neoliberal, percebe-se que as questões educacionais são atravessadas pela política e economia. Assim, a compreensão do modelo econômico e do modo de produção é fundamental para entender as concepções de fracasso. Visto isso, a pesquisa se faz necessária para a discussão da temática apresentada, uma vez que visa analisar artigos que demonstram como Neoliberalismo e Fracasso Escolar se atrelam. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, na qual primeiramente foi feita a leitura de textos para compreensão das bases e desenvolvimento do Neoliberalismo, entendendo desde a constituição do Liberalismo. Em seguida, fez-se uma análise de artigos que revelam de que forma os ideais neoliberais inserem-se no ambiente escolar e por fim, de que forma isso demonstra as concepções de Fracasso Escolar, baseando-se no que Patto (2015) apresenta.

NEOLIBERALISMO: SUAS BASES E DESENVOLVIMENTO, UMA POLÍTICA EM FUNÇÃO DO CAPITAL

A respeito do Neoliberalismo, nota-se que, apesar de sua constituição e manutenção, é um sistema falho, uma vez que é um modelo econômico cíclico, ao mesmo tempo que se desenvolve, se mantém e demonstra uma certa hegemonia, entra em crise, pois possui diversas contradições em si, que não são resolvidas, porém são reestruturadas. Sob qualquer ameaça de crise ou declínio, se reestrutura para se manter como hegemônico, para manter “o que dá certo”, sendo modelo econômico, sistema político, entre outros. As relações sociais são regidas por esses sistemas, a reestruturação não se restringe à economia e à política, mas sim a todas as esferas da vida, assim como todas as suas contradições.

Diante disso, o primeiro aspecto a ser abordado são alguns apontamentos acerca das bases do Liberalismo, em qual contexto ele surge e suas implicações. Vê-se que esse conceito, essa ideologia, foi importante para a constituição de uma classe, um novo modelo de sociedade. Parte-se da compreensão dos principais itens que o constituem, como o modo de produção, assim, o enfoque não será o contexto histórico em si, mas os fundamentos que auxiliam a compreender esses ideais. Laski (1973) não tenta descrever nem definir o Liberalismo, mas aponta algumas características, sendo uma dessas o “corpo doutrinário [que] está diretamente relacionado com a liberdade [...] a sua prática estava limitada aos homens que tinham propriedade a defender [...] almejou limitar o âmbito da autoridade política” (LASKI, 1973, p. 11).

A estruturação das ideias liberais só foi possível por meio do processo revolucionário, fundamental para a constituição de uma nova economia política, das novas relações produtivas, que são a essência do novo tipo de sociedade. Dessa forma, é possível afirmar que a dupla revolução, Revolução Industrial² e Revolução Francesa³, construiu as bases dos Estados liberais modernos, isso porque a revolução exige uma ruptura da vida social em todos os seus aspectos. Após romper com as características até então vigentes, houve um processo de naturalização das novas relações. As formas de produção do feudalismo se tornaram incompatíveis com as forças de produção. Então, uma nova forma de produzir começa a dar certo e constrói as bases do novo modo de produção, com isso, há uma reorganização da sociedade em detrimento das relações de produção, que só foi possível por meio da transformação radical que as revoluções provocaram (HOBSBAWM, 2012a; LASKI, 1973).

Com a modernidade emergente, as cidades começam a ser formadas, o estilo de vida muda e com isso “nasce” a vida privada. Além disso, novas igrejas são fundadas, se dá mais evidência à ciência e ao racionalismo, levando a uma revolução científica e, a partir disso, investe-se em inovações tecnológicas, pensadas para incrementar a produção e elevar o consumo. O Liberalismo surge do ressoar dos ideais da Revolução Francesa, “liberdade⁴, igualdade e fraternidade”, e trata-se de uma doutrina filosófica que se transforma em senso comum. Propõe, de início, a liberdade, origina-se desse intuito, mas refere-se à liberdade à propriedade privada. Deste modo, reduz-se a liberdade àqueles que detêm os modos de produção e a igualdade como mera uniformização, está nisso uma de suas contradições. A liberdade se estende a todos, desde que o indivíduo detenha propriedade que precise ser protegida ou que seja livre para vender seu trabalho e ser explorado pelo primeiro. Os ideais liberais baseiam-se no

“bem-estar social”, propaga-se a ideia de que o enriquecimento de um ajuda a todos os outros (HOBBSAWM, 2012a; NETTO; BRAZ, 2006).

Assim, o burguês que detém os meios de produção compra trabalho humano e produz mercadoria. O trabalho humano se dá em sua relação com a natureza, o homem a transforma e produz um objeto que satisfaz suas necessidades. Ele se realiza ao usufruir do resultado de seu trabalho. Com o desenvolvimento das sociedades o sujeito impera sua atividade sobre a natureza, mas não usufrui daquilo que produziu, não se reconhecendo no processo. O objeto que produz é a mercadoria, ou seja, produz para outro. Além disso, seu trabalho e o rendimento pertencem a outro, àquele que detém os meios de produção, o maquinário, a indústria, as terras, entre outros. Com o Liberalismo, a grande transformação residiu nos “resultados da ação do homem sobre a natureza permitirem uma produção de bens que ultrapassava as necessidades imediatas da sobrevivência dos seus membros” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 17). Inaugura-se a forma de produzir riqueza em que o burguês, que detém os meios, produz mercadoria e obtém não só o equivalente a mercadoria, mas um valor a mais, seu lucro, a mais-valia, “a busca da riqueza pela riqueza converteram-se no principal motivo da atividade humana” (LASKI, 1973, p. 15).

Segundo Netto e Braz (2006), os burgueses, os detentores de propriedade privada, os homens de negócio, almejam um Estado que possam coordenar, que “dance” conforme suas regras, que atenda a seus requisitos e os favoreça. Segundo o autor, quanto mais o Estado atende as querências desse indivíduo, mais certo fica de que detém o poder. Assim se consolida o mundo burguês, diante da submissão do Estado e após um processo revolucionário. Defende-se o Estado como protetor, “no sentido de que o conjunto da sociedade só existe para garantir a cada um de seus membros a conservação de sua pessoa, de seus direitos e de sua propriedade. (MARX, 2010, p. 50). Ademais, objetiva-se que este não interfira nas trocas, nas relações de produção, para que se tenha liberdade de continuar produzindo riqueza.

Vê-se que o Liberalismo surge da insatisfação da burguesia com o Estado absolutista, e que culminou na Revolução Francesa. Além de que, o Estado, desvencilhado do poderio da Igreja, e a indústria, aumentando cada vez mais sua capacidade produtiva após a Revolução Industrial, propiciaram a busca pela riqueza, o acúmulo de capital. Desse modo, a partir do ideal de liberdade liberal, evidencia-se o caráter individual que essa doutrina filosófica carrega, pois não se trata do “bem-estar social”, mas sim do sujeito isolado que deveria buscar a riqueza por si e, caso não a possuísse, deveria vender seu trabalho. O burguês que lutou pela liberdade na revolução em 1789 se aquieta e, em 1848, seu intuito passa a ser manter a posição, o poder conquistados. (HOBBSAWM, 2012a) Ao invés de continuar a luta e garantir o direito de todos como prometido na revolução, os burgueses preferiram recuar e proteger a propriedade privada, garantir a produção de excedentes, preferiam “a ordem à oportunidade de pôr em prática todo o seu programa completo quando confrontada com a ameaça à propriedade” (HOBBSAWM, 2012a, p. 46-47).

O Estado, nesse contexto, tinha a função de assegurar os poderes da burguesia, garantir os direitos civis e o direito à propriedade privada. Segundo Marx (2010), há uma diferença entre o direito do homem e do cidadão, do homem são os direitos

assegurados aos que detêm os meios de produção, já do cidadão é abstrato, deve servir aos interesses da comunidade, ou seja, serve àquele que é hegemônico. Visto isso, a participação do povo ocorria “dentro de limites tais que garantissem a ordem social burguesa e evitassem o risco de ser derrubada” (HOBESBAWM, 2012a, p. 22). Assim, desde então, o conservadorismo se mostra como uma estratégia para controlar o povo e manter a ordem. O ano revolucionário foi um marco pela agudização da tensão entre burguesia e proletariado, tendo início um movimento cíclico: a qualquer movimentação do povo, a classe hegemônica adota estratégias para manter o controle e reestruturar o sistema; a qualquer sinal de “falha” ou crise se reorganizam a fim de manter o poder (HOBESBAWM, 2012a).

Na década de 1870, durante a segunda fase da Revolução industrial, o investimento em tecnologia era cada vez maior, produzindo novas máquinas, novas formas de ver e pensar a sociedade, além de que houve a descoberta de novas fontes de energia. Segundo Hobsbawm (2012a), nessa nova etapa, ocorreram mudanças na economia capitalista nos âmbitos tecnológicos, econômicos e territoriais. Assim, o mundo capitalista se transforma quando o Estado se torna mais forte e mais intervencionista, “mas o “progresso” continuava indubitavelmente sob a forma de sociedades burguesas, capitalistas e num sentido geral liberais” (HOBESBAWM, 2012a, p. 460).

Quanto à democracia, pode se dizer que sua intenção era manipular as massas, uma vez que, de qualquer forma elas seriam levadas a política, restava controlá-las. Adotou-se uma nova estratégia para manter o controle, os “programas de reforma e bem-estar social [...]” (HOBESBAWM, 2012b, p. 163). Ademais, voltaram-se para meios de subordinação que remetiam aos antigos regimes, como o controle dos símbolos, a religião, entre outros. Os movimentos sociais deixaram de ser revolucionários e tornaram-se, segundo Hobsbawm (1995), forças que mantinham o Estado. Nos anos seguintes, a ameaça à sociedade liberal deveria ser combatida, mais uma vez a burguesia apela ao conservadorismo para deter a força dos trabalhadores pelo medo de ascenderem. Feito isso, o Fascismo ganha força nos anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, isso se deu pelo “colapso dos velhos regimes, e com eles das velhas classes dominantes e seu maquinário de poder, influência e hegemonia” (HOBESBAWM, 1995, p. 129).

Em seguida, o novo período é marcado pelas inovações tecnológicas que permitiam descobrir novas fontes de energia e a pesquisa científica era aplicada à produção. As novas máquinas substituíram os trabalhadores, esses ganhavam um novo papel, o de consumidores em massa. Desse modo, “na prática, a Era de Ouro foi a era do livre comércio, livres movimentos de capital e moedas estáveis que os planejadores do tempo da guerra tinham em mente” (HOBESBAWM, 1995, p. 270). A economia que antes se dava pela competição internacional, torna-se transnacional. Diante disso, as empresas, os mercados, se tornam independentes do território. A relação entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos se transformou mais uma vez, as grandes empresas abriram indústrias em outros países em que não precisavam pagar altos impostos, assim o Terceiro Mundo passou a abastecer o mercado mundial. Como já mencionado anteriormente, o mundo capitalista se faz de ciclos, então, logo após o grande sucesso, veio a crise.

A contradição própria do sistema consolidado aparece, não era possível pagar salários suficientes para a força de trabalho, então a burguesia controlava os movimentos sociais para que não afetassem os lucros. Portanto, uma nova crise é gerada e “a Era de Ouro perdeu o seu brilho. Apesar disso, iniciara, na verdade realizara, a mais impressionante, rápida e profunda revolução nos assuntos humanos de que a história tem registro” (HOBBSAWM, 1995, p. 281).

A política liberal tal qual se conhecia tinha “fim” com a crise, porém seus ideais são preservados. Ainda se defendia o livre mercado, o sujeito tornava-se cada vez mais individualizado, a divisão social do trabalho mais acentuada, o Estado atuando apenas como regulador das leis que permitem a acumulação de riquezas e a proteção da propriedade privada. Na década de 1980 se reestrutura como Neoliberalismo, tendo como estratégia “propagar” a crise para apresentar-se como salvador. O argumento usado para diminuição do papel do Estado era que esse concedia muitas “regalias” (direitos sociais).

É possível afirmar que o Neoliberalismo é definido por ser um conjunto de políticas que coloca o mercado como “líder”, assume o lugar do Estado. Isso porque o mercado precisa que suas necessidades sejam asseguradas, dessa forma o objetivo da reforma era transformar o Estado em máximo para proteger o mercado e em mínimo para garantir os direitos sociais. Segundo Harvey (2011), o Neoliberalismo é uma teoria das práticas político-econômicas que prega o bem-estar para o indivíduo empreendedor, esse detém direito à propriedade privada, livre mercado e livre comércio. Assim como todas as transformações apontadas aqui, o Neoliberalismo alterou não só as esferas econômica e política, mas também a social, incorporando sua doutrina e modo de agir ao cotidiano, às relações de modo geral. Dessa forma, reproduz-se nas relações humanas, demonstrando o poder deste aparato conceitual, uma vez que mobiliza “nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos” (HARVEY, 2011, p. 15).

A neoliberalização foi um “movimento” para restabelecer a hegemonia das elites e reorganizar as condições de acumulação do capital, aprofundou-se “o domínio das finanças sobre todas as outras áreas da economia, assim como sobre o aparato de Estado” (HARVEY, 2011, p. 41). Com o objetivo de potencializar lucros, as relações entre países subdesenvolvidos e países desenvolvidos ganham um novo caráter. Tornou-se cada vez mais frequente abrir indústrias aonde fosse mais rentável, onde houvesse a oportunidade de se obter maior lucro. O domínio das elites econômicas e a hegemonia de alguns países, como os Estados Unidos, passaram a se apoiar no que é extraído de outros países, seja como pagamentos de dívidas, matérias-primas ou mão de obra mais baratas, entre outros, trata-se de medidas de redistribuição de renda. Ademais, não só entre países, mas também em território nacional as diferenças tornaram-se mais evidentes, ou seja, a desigualdade social apresenta-se como uma característica do Neoliberalismo, ou como Harvey (2011) considera, trata-se de uma característica estrutural desse modelo.

Os aparatos usados para manutenção e naturalização são outros, como, por exemplo, a comunicação. Com isso, é mais fácil fazer com que a população acredite que

FIRMINO, I. K. S.

o melhor é o Neoliberalismo e que o indivíduo seria o único capaz de mudar sua situação de classe, tendo ele que ser empreendedor de si para obter ascensão social, “o sucesso e o fracasso individuais são interpretados em termos de virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais” (HARVEY, 2011, p. 76). Além disso, prega-se a ideia de que aqueles que ascendem socialmente só o fizeram por mérito pessoal, vê-se nesse aspecto como o individualismo é um fator característico do modelo neoliberal.

Outro aspecto é o poderio das empresas sob as novas descobertas, o empresário possui a patente, lhe dando maiores rendimentos, e o governo, o Estado, possui a hegemonia, liderando a competição mundial. Diante disso, é possível afirmar que de certa forma o mercado se apodera do conhecimento socialmente produzido, uma vez que, para descobrir novas técnicas, tecnologias, o sujeito se apodera do conhecimento que foi produzido historicamente, e este produto, fruto dos estudos, é transformado em mercadoria (HARVEY, 2011; HOBBSAWM, 1995). Não há, no mundo do mercado, a busca do conhecimento pelo saber, para facilitar nas técnicas de apropriação da natureza a fim de satisfazer as necessidades de sobrevivência da coletividade, a busca é pelo lucro, pelo excedente, pela riqueza, pela hegemonia. Harvey (2011) aponta outro fator acerca das inovações tecnológicas, dizendo que essas podem “solapar relações sociais e instituições dominantes e, por meio de suas atividades, até mesmo reformular o senso comum para sua própria vantagem pecuniária” (HARVEY, 2011, p. 79).

Por isso, para o sistema é interessante manter a desigualdade, justificando-a pelo fracasso do indivíduo e incorporando este argumento ao senso comum. Desse modo, se naturaliza a ideia de que se o sujeito não ascende socialmente é por “falta de vigor competitivo ou por deficiências pessoais, culturais e políticas” (HARVEY, 2011, p. 169). Essa teoria que parece se adaptar a qualquer adversidade e que adota qualquer estratégia para manter-se dominante, possui em si diversas contradições. Novas formas de combater a crise aparecem, como por exemplo o neoconservadorismo, que mantém o crescimento econômico, tenta controlar os movimentos sociais, usa a militarização como forma de controle, entre outros. As contradições não deixarão de existir e as tendências antidemocráticas se tornarão mais evidentes, e mais uma vez tentarão reestruturar-se a seus fins. Vê-se que o Neoliberalismo mantém os ideais ecoados na origem do Liberalismo, entretanto, com uma nova “roupagem”. Assim, foram apresentadas suas características e como emergiu na sociedade.

O FRACASSO ESCOLAR EM SUAS DIFERENTES (RE)PRODUÇÕES

Neste tópico serão analisados artigos que trazem em seu conteúdo representações da perda do sentido da escola até a reprodução da injustiça social na escola. Os assuntos analisados tentam buscar, entender aspectos educacionais. É possível afirmar que em todas as temáticas está presente a reprodução das desigualdades sociais e da política, o que remete ao que foi abordado anteriormente. A escolha dos artigos se deu por já tê-los analisado em outro momento como bolsista de iniciação científica ou na graduação em Pedagogia. Os textos, apesar de não usarem o termo “Fracasso Escolar”, remetem às ideias de Patto (2015) apontadas na introdução, assim, a autora fornece subsídios para entender os aspectos abordados.

Libâneo (2016) associa o papel da escola às políticas educacionais, para apontar a educação mediante a interferência de organismos internacionais. O autor afirma que a

escola é o lugar onde as políticas sociais são colocadas em prática, além de que se deve defender a escola pública e garantir o direito à educação para todos. Além disso, a mudança do sentido da escola em razão do desenvolvimento econômico representa o desfiguramento da escola, essa deixa de ser lugar de formação cultural e científica, o conhecimento é desvalorizado e a educação se transforma em negócio para atender às exigências do capital. Sendo assim, a instituição passa a reproduzir as desigualdades sociais, se empobrece, leva “aos baixos índices de desempenho dos alunos e, nessa medida, atuam na exclusão social dos alunos na escola, antes mesmo da exclusão social promovida na sociedade” (LIBÂNEO, 2016, p. 48).

No cenário atual, sob governança das políticas neoliberais, há a desvalorização do conhecimento escolar e preconização do mercado, dessa forma, organismos como o Banco Mundial interferem nas políticas educacionais. Para se “neoliberalizarem” os países tiveram que se adequar às exigências das grandes nações que forneciam empréstimos para “salvar” suas economias. Uma das adequações se refere à educação, essa tem que se organizar de acordo com a “agenda globalmente estruturada para a educação, as quais se reproduzem em documentos de políticas educacionais nacionais como diretrizes, programas, projetos de lei, etc” (LIBÂNEO, 2016, p. 43).

Neste cenário, o conhecimento se torna um produto que fornece as técnicas necessárias para adentrar no mercado de trabalho. Segundo Libâneo (2016), o foco no que é útil levou aos baixos níveis de desempenho. O espaço “escola” é reduzido ao lugar em que as ações socioeducativas compensam as diferenças sociais. O autor aponta a educação sob os preceitos neoliberais e em contraponto à escola de qualidade que “propicia as condições do desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral dos alunos, considerando suas características individuais, sociais e culturais e as práticas socioculturais de que vivenciam e participam” (LIBÂNEO, 2016, p. 59).

Já Schilling e Angelucci (2016) analisam a escola como reprodutora das desigualdades sociais e que representa os interesses das classes dominantes. Uma posição interessante das autoras sobre a indisciplina é que ocorre em oposição a atitudes “autoritárias” no ambiente escolar como resistência ao sistema. Como conclusão do artigo apresenta-se a reflexão sobre tais acontecimentos e os conceitos: compartilhar as experiências e discuti-las como solução para as situações de injustiça e violência na escola. A questão do sentido da escola também é abordada no texto, a escola se torna uma máquina e a democracia é baseada no mérito, o que para as autoras representa a reprodução da divisão do trabalho no ambiente escolar. Além disso, ressalta-se a culpabilização do indivíduo. Entende-se que o texto apresenta uma das formas pelas quais se dão a reprodução da desigualdade social.

Rohling e Valle (2016) também apontam a questão da justiça social, entretanto, de uma perspectiva diferente. O intuito dos autores é a partir do conceito de justiça pensar sobre a escola justa. Mais uma vez as questões são apresentadas como reprodutoras da desigualdade social: “A escola transforma as assimetrias de origem social e cultural em desigualdades escolares” (ROHLING; VALLE, 2016, p. 392). Para pensar a escola justa, os autores apontam para a necessidade de um currículo comum

que represente, a um só tempo, o reconhecimento da igualdade e da diferença – respeitando aqueles valores que até então eram

marginalizados – implica que todas as culturas estejam representadas num plano de igualdade no currículo – a igualdade aqui deve levar em conta as tradições e os valores, de modo a não se transformar num imperialismo da minoria sobre a maioria, nem a minoria ser ofuscada pela maioria: o respeito deve considerar que todas as culturas sejam reverenciadas nesse sentido (ROHLING; VALLE, 2016, p. 404).

Essa “solução”, pensando no cenário atual, pode não pôr fim a esse problema, uma vez que se percebe em políticas neoliberais a tentativa de unificar e padronizar a vida em todas as esferas, inclusive na educação. Contudo, o documento apenas “prega” a igualdade, mas na realidade mascara a continuidade da desigualdade escolar, uma vez que as condições de ensino não são as mesmas.

O artigo de Edwards e Hall (2017) apresenta as escolas Charter⁵ em Bogotá, Colômbia. O objetivo dos autores é comparar questões de gestão escolar, principalmente em relação aos professores, uma vez que esses “são fatores-chave para o funcionamento das escolas charter” (EDWARDS; HALL, 2017, p. 445). Os professores nesse tipo de escola possuem carga horária extensa, salários fixos e não têm segurança em relação ao trabalho, podendo ser substituídos por outro se não atenderem às demandas de eficiência. A justificativa para passar a gestão da escola do âmbito do estado, do público para o privado, é que as escolas públicas são “malsucedidas”. No Brasil, é possível afirmar que o mesmo acontece com a administração das Organizações Sociais⁶ – OS’s – e a militarização das escolas. Essa é uma questão que precisa ser analisada, uma vez que se trata do desmantelamento das escolas públicas em prol da implementação da competitividade, da meritocracia, entre outros ideais neoliberais no âmbito escolar.

Quanto às Organizações Sociais, o *site* da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) de Goiás organizou uma página de “Perguntas e respostas sobre Organizações Sociais” para informar a população, assim como um *site* intitulado: “Organizações Sociais a serviço da educação⁷”. As respostas justificam a gestão, o gerenciamento das OS’s porque vão deixar a escola mais segura, agradável e organizada, a função do estado se reduz a fiscalizar e garantir que as empresas cumpram com esses objetivos. Como argumento, afirmam que os professores terão melhores condições de trabalho, que os diretores poderão focar no aprendizado dos alunos, pois a gestão será desburocratizada, entre outros.

Quanto à militarização das escolas, Guimarães e Lamosa (2018) afirmam que esse movimento acontece de diferentes formas no Brasil. O estado de Goiás apresenta grande notoriedade a esse respeito pela gestão da Polícia Militar nas escolas. Esse tipo de gestão é implementado sob os argumentos de diminuição da evasão escolar e analfabetismo. Os autores apresentam um apanhado histórico para explicar tais estratégias, as quais se reportam às políticas neoliberais. A militarização seria uma vertente da reforma educacional que ocorre no Brasil desde 1990, que visa, em resumo, aumentar a produtividade da escola, que traz o funcionamento das empresas para a educação. Assim como as OS’s, a militarização promete a melhoria do ensino, diminuindo a violência, indisciplina, entre outros. (GUIMARÃES; LIMOSA, 2018)

Além disso, os autores ressaltam que essa forma de gestão é, em sua maioria, implantada em escolas da periferia. O modelo tem ganhado popularidade na sociedade,

sua aparência é de que a gestão da Polícia Militar melhora o ensino e garante bons resultados, isso atrai grande parcela da população que almeja que seus filhos tenham acesso à uma educação de qualidade. Segundo os autores, a proposta se demonstra contraditória, pois algumas taxas são cobradas como “contribuição voluntária” e isso vai contra a ideia de ensino público gratuito mostrando que esse modelo não é para todos. Uma vez mais percebe-se que as intenções da classe dominante são empregadas às estratégias de reforma educacional. Segundo Guimarães e Lamosa (2018) o espaço público é apoderado pelos militares que impõem sua disciplina e hierarquia, o estado se abstém da função de gerenciar a escola e os policiais militares deixam seus postos para assumi-la.

Alves, Toschi e Ferreira (2018) ressaltam a importância de discutir as implicações desse fenômeno para o campo educacional. As autoras argumentam que a justificativa para a implantação é a qualidade de ensino, mas que não divulgam como se pode qualificá-la. Além disso, as escolas “solucionam” os problemas de indisciplina e violência. Questiona-se no artigo o porquê de investir na implantação de tais modelos de escolas e não na rede pública, gratuita, para todos, evidenciando a preferência do governo em fazer acordos. “Nesse processo, a desvalorização da escola pública vai acontecendo paulatinamente e a ela vai sendo atribuído um lugar social marginalizado na sociedade goiana” (ALVES; TOSCHI; FERREIRA, 2018, p. 284). Por último, as autoras afirmam que a militarização apresenta grande ameaça, pois diferencia as escolas da rede estadual.

Deste modo, a partir dos artigos apresentados aqui, é possível perceber que as questões da sociedade civil, econômica e política são reproduzidas no “chão da escola”, se reformulando em desigualdades educacionais. A sociedade do capital adota estratégias para propagar os ideais neoliberais, objetiva-se cada vez mais formar: para o trabalho, para tornar-se empreendedor de si e para ascender, se for capaz, por mérito, constituindo um dos fundamentos do Fracasso Escolar. Nos últimos textos apresentados viu-se a transferência de uma responsabilidade que compete ao estado para instituições privadas ou para Polícia Militar, por exemplo. Se o intuito é buscar pela educação democrática, igualitária, ela deve se estender a todos.

OS IDEAIS NEOLIBERAIS ESTÃO PRESENTES NA ESCOLA?

As políticas educacionais, como outros aspectos da sociedade civil, estão impregnadas com o ideal neoliberal. Visto isso, que a desigualdade social, vista por Harvey (2011) como estrutural dessa conjuntura, se reconfigura em desigualdades educacionais. Além disso, há o foco no indivíduo, esse deve buscar a ascensão social e só ele é responsável pelo seu sucesso; o objetivo, nessa perspectiva, é formar o *self-made man*: “Surge uma contradição entre um individualismo possessivo sedutor, mas alienante e o desejo de uma vida coletiva dotada de sentido” (HARVEY, 2011, p. 79). A meritocracia se torna uma justificativa para o fracasso, aquele que não obtém sucesso, não o fez por falta de esforço, e o que conquistou, o fez por mérito. Essa ideia se aplica às escolas também, as que não obtêm bons resultados nas provas nacionais são vistas como malsucedidas. Não por acaso, a maioria das escolas rotulada dessa forma pertence

à rede pública, ao contrário das escolas privadas que, nessa perspectiva, são símbolo de boa qualidade.

A política neoliberal se aplica à escola nesse sentido e justifica uma reforma educacional, usando estratégias como as expostas no tópico anterior, Organizações Sociais ou militarização, sendo que a extensão da última pode ser um sinal do neoconservadorismo como estratégia para manutenção da estrutura. A administração ou gestão refere-se à utilização racional de recursos para a realização de fins previamente determinados, é uma mediação. A gestão influencia na concepção de educação, finalidade do processo educativo e demonstra os interesses políticos. Dessa forma, o contexto apresentado padroniza o ensino.

Na atualidade, há a tendência de tirar a educação, compreendida como política pública de responsabilidade do Estado, do âmbito social para o da mercadoria. A “educação neoliberal” se descola da esfera dos direitos sociais para o capital tornando-se um produto. A escola é vista como uma indústria sob o “governo do mercado” e deve focar na eficiência, em alcançar “bons” resultados. Instaura-se na educação um padrão de produção, uma forma de organizar o trabalho e os processos educativos baseada na ênfase das tarefas. Para a neoliberalização, eram necessárias algumas adequações, sendo uma dessas a reforma educacional: “O investimento do Estado na educação é considerado um pré-requisito crucial para obter vantagem competitiva no comércio mundial” (HARVEY, 2011, p. 82). Por consequência, uma formação ampla que leve ao desenvolvimento cognitivo e cultural, como diz Libâneo (2016), não é “importante” aos ideais do mercado.

Segundo Gentili (1996), a implementação do neoliberalismo trata-se de um ambicioso projeto de reforma ideológica que transformam a realidade econômica, política e social, e é apresentado como a única forma de se salvar da crise. Para eles, “a crise das instituições escolares é produto [...] da expansão desordenada e “anárquica” que o sistema educacional vem sofrendo nos últimos anos” (GENTILI, 1996, p. 4). Deste modo, o fracasso ou a crise nas escolas seriam uma questão de gestão, não evidência da desigualdade escolar. Dessa forma, a questão educacional é tratada pelo viés mercadológico, não como uma política pública social.

Gentili (1996) também apresenta a ideia da culpabilização do indivíduo, que precisa competir se quiser ter êxito na vida. Nessa perspectiva, a crise educacional seria causada pelo aluno desinteressado, do professor despreparado, da metodologia ineficiente, entre outros fatores. A escola, segundo os neoliberais, tem que formar para o trabalho, mas não garante que o indivíduo terá um emprego após o término dos estudos. A escola segue a padronização das empresas e a forma de produzir mercadoria em massa, rapidamente, para gerar maiores lucros. Ademais, as escolas competem entre si por meio das avaliações nacionais, as que tem melhores resultados ganham destaque, bem como na relação entre as empresas (GENTILI, 1996).

A partir dessa perspectiva, percebe-se que esse processo de neoliberalização das escolas acirra as desigualdades sociais, uma vez que as escolas de “boa” qualidade são destinadas a uma parcela da sociedade e as que são rotuladas como malsucedidas a outra. Além disso, as escolas públicas são reformuladas a partir de uma perspectiva que visa formar trabalhadores, bons índices nas avaliações nacionais, e não garantir educação de qualidade a todos. Segundo Gentili (1996) as escolas estão se tornando mais excludentes, “quebrando assim os laços de solidariedade coletiva e intensificando

um processo antidemocrático de seleção “natural” onde os “melhores” triunfam e os piores perdem” (GENTILI, 1996, p. 16).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a partir da análise das questões abordadas aqui, é possível questionar se os ideais neoliberais tomam as escolas e (re)produzem o Fracasso Escolar. Hodiernamente, o mercado usa outras estratégias, há novas tecnologias, nova mentalidade, mas o que opera o contexto social, a sociedade civil ainda é o Capitalismo. As políticas neoliberais estão mais desenvolvidas, o que intensifica as relações de mercado, se antes essas já se expandiram e se demonstravam em outras esferas da vida, hoje são regidas por elas. É possível afirmar que em todos os artigos a desigualdade social atravessa os aspectos educacionais. Considerando que essa é uma das características estruturais do Neoliberalismo, pode-se dizer que seus ideais estão se apropriando da educação, da escola e reproduzindo o Fracasso Escolar. A estratégia continua sendo achar culpados ao invés de analisar o contexto social, político e econômico em que as crises educacionais acontecem.

A rede de seguridade social é reduzida ao mínimo indispensável em favor de um sistema que acentua a responsabilidade individual. Em geral se atribuem os fracassos pessoais a falhas individuais, e com demasiada frequência a vítima é quem leva a culpa! (HARVEY, 2011, p. 86).

Trata-se, então, do enfoque, nesse cenário, na culpabilização do indivíduo, assim como Patto (2015) apresenta a escola, o aluno ou o professor sendo responsabilizados em diferentes momentos da história. Contudo, deve-se entender para além disso, já que o que acontece na escola diz sobre sociedade em geral. O capital insere-se na escola para continuar produzindo trabalhadores e para se manter no poder, em cada período isso aconteceu de formas diferentes, como a obra de Patto (2015) apresenta. O fracasso deve ser entendido como resultado das relações políticas e econômicas vigentes. Não é possível solucionar o problema, uma vez que as questões vinculadas ao modo de produção ainda não foram superadas, enquanto essas questões estiverem postas, a desigualdade social, a luta de classes, o intuito mercadológico, a estratégia para manter-se na hegemonia, ainda se expressarão em concepções de fracasso escolar. Um caminho possível seria a defesa da escola pública, do ensino para todos e do conhecimento em pleno sentido, que não seja para fins úteis e técnicos, além da luta para que haja igualdade de oportunidades e de condições.

Artigo recebido em: 25/10/2021
Aprovado para publicação em: 08/03/2022

FIRMINO, I. K. S.

NEOLIBERALISM: SCHOOL AS A REPRODUCER OF INEQUALITIES

ABSTRACT: This paper aims to analyze Neoliberalism as one of the factors that lead to the production of conceptions of school failure. The objective is to discuss how neoliberal ideals are introduced in the school setting, causing social, political, and economic relations to be reproduced at school. Furthermore, to understand how these ideals transform the meaning of school. Regarding methodology, It is a bibliographical research divided in two moments: to explain the basis of Neoliberalism and its unfoldings, and henceforth, to present articles that demonstrate conceptions of failure and that are close to themes that refer to the neoliberal ideal. Therefore the research, it was possible to realize that the fundamental theme that links these concepts is the reproduction of social inequality at school.

KEYWORDS: Neoliberalism. School Failure. Social Inequality. Education.

NEOLIBERALISMO: LA ESCUELA COMO REPRODUCTORA DE DESIGUALDADES

RESUMEN: Este trabajo pretende analizar el neoliberalismo como uno de los factores que llevan a la producción de concepciones de fracaso escolar. Lo objetivo es discutir cómo se introducen los ideales neoliberales en el ámbito escolar, haciendo que se reproduzcan las relaciones sociales, políticas y económicas en la escuela. Además, para entender cómo estos ideales transforman el significado de la escuela. Lo que se refiere a metodología, se trata de una investigación bibliográfica dividida en dos momentos: explicar las bases del Neoliberalismo y sus desdoblamientos, y seguidamente, presentar artículos que demuestran concepciones de fracaso y abordan temas que se refieren al ideal neoliberal. A partir de la investigación, se pudo constatar que el eje fundamental que vincula dichos conceptos es la reproducción de la desigualdad social en la escuela.

PALABRAS CLAVE: Neoliberalismo. Fracaso escolar. Desigualdad Social. Educación.

NOTAS

1 - Nessa época, alguns destes médicos-psicólogos realizaram uma trajetória institucional decisiva para os rumos que a explicação do insucesso escolar e o tratamento que passou a ser-lhe dispensado tomaram nas décadas seguintes: dos hospitais psiquiátricos para os institutos, ligas e clínicas de higiene mental, destes para os serviços de inspeção médico-escolar. Destes para as clínicas de orientação infantil estatais e destas para os departamentos de assistência ao escolar de secretarias da educação, onde se tornaram coordenadores de equipes multidisciplinares de atendimento ao escolar (PATTO, 2015, p. 101).

2 - A Revolução Industrial (XVIII-XIX) introduziu novas formas de trabalho, novos meios de produção, que aumentaram as produtividades das empresas, criando métodos com o intuito de aumentar o consumo.

3 - No século XVIII a França era governada pelo rei Luís XV, tratava-se de um Estado absolutista. Neste período, o mercantilismo, capitalismo comercial (acúmulo primitivo) ganhava força. Assim, a desigualdade entre os nobres e o Terceiro Estado (formado pelos trabalhadores, camponeses) desagradava o povo, o que era atrelado aos altos impostos, pagos por essa parcela da sociedade, que destinavam a manter os luxos, banquetes, da família real e dos nobres. A insatisfação com a situação levou a burguesia e os camponeses às ruas com o objetivo de tomar o poder. A Queda da Bastilha em 1789 foi um marco da revolução, pois a Bastilha era símbolo da monarquia. A Assembleia Constituinte de 1789 promulgou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que “garante” direitos iguais a todos e participação política. No entanto, segundo Marx (2010) “a aplicação do direito humano à liberdade equivale ao direito humano à *propriedade privada*.” (p. 49) O lema era “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. A revolução teve fim com o Golpe de 18 de Brumário de Napoleão Bonaparte em 1799, mas os ânimos ainda estavam aflorados, o que aterrorizava os vencedores, fazendo-os tentar manter o controle.

4 - A liberdade como concebida nesse período dizia respeito à ideia de reduzir a desigualdade e o que se propõe dá possibilidade à igualdade. A intenção é “livrar” o homem da dominação (servo-senhor e poder religioso).

5 - As escolas Charter são um modelo de escolas administradas por organizações privadas. Esse tipo de escola foi implementado no Chile na década de 1980 após o golpe de Pinochet. A partir dos anos 2000, as *Charter Management Organizations* (Organizações de Gestão Charter) – CMO’s – se tornaram mais comuns. Essas escolas têm um objetivo em comum, que é solucionar “problemas” escolares das escolas públicas. Na Colômbia essas escolas ficaram conhecidas como *Colegios en Concesión* (Escolas de Concessão) – CEC’s. (EDWARDS; HALL, 2017)

6 - Instituições sem fins lucrativos que são “convidadas” pelo governo a formar uma parceria financiando instituições públicas.

7 - Ao entrar no site e entrar no ícone “Tudo que você precisa saber” encontra-se diversos links, contendo diretrizes, justificativas, publicações de jornais, leis, que explicam como funciona esse tipo de gestão. Também é possível encontrar opiniões, prós e contras, sendo que as últimas só possuem duas matérias em detrimento da outra, que além de seis matérias também possui links que apresentam “casos de sucesso”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. F.; TOSCHI, M. S.; FERREIRA, N. S. R. A expansão dos colégios militares em Goiás e a diferenciação na rede estadual. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 23, p. 271-287, jul./out. 2018. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/865/pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2021.

EDWARDS, B. J.; HALL, S. M. Escolas Charter: gestão de professores e aquisição de recursos na Colômbia. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, vol. 47, n. 164, p. 442-468. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0100-15742017000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 fev. 2021.

FIRMINO, I. K. S.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. //: SILVA, T. T. da; GENTILI, P. (Orgs.). **Escola S.A.**: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, DF: CNTE, 1996.

GOIÁS. Perguntas e respostas sobre Organizações Sociais. **Secretaria de Estado da Educação**. Disponível em: <<https://site.educacao.go.gov.br/perguntas-e-respostas-sobre-organizacoes-sociais/>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

GUIMARÃES, P. C. P.; LAMOSA, R. A. C. Militarização das escolas da rede estadual de Goiás: a nova onda conservadora. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 20, n. 43, p. 66-80, jan./abr., 2018. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/4004>>. Acesso em: 5 fev. 2021.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2011.

HOBBSAWM, E. **A era do capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2012a.

HOBBSAWM, E. **A era dos impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2012b.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LASKI, H. J. **O liberalismo europeu**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1973.

LIBÂNIO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, vol.46, n.159, p.38-62, jan./mar., 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v46n159/1980-5314-cp-46-159-00038.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Intermeios, 2015.

ROHLING, M.; VALLE, I. R. Princípios de justiça e justiça escolar: a educação multicultural e a equidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 160, p. 386-409, abr./jun., 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v46n160/1980-5314-cp-46-160-00386.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2021.

SCHILLING, F.; ANGELUCCI, C. B. Conflitos, violências, injustiças na escola? Caminhos possíveis para uma escola justa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 161, p. 694-715, jul./set., 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v46n161/1980-5314-cp-46-161-00694.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2021.

ISABELLA KETHULY SPINDOLA FIRMINO: Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Goiás, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da linha de Fundamentos dos Processos educativos.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2561-5426>

E-mail: isakethuly@gmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).